

Tentando Regrar o Carnaval: índios, diabinhos e outros mascarados

Fabiana Lopes da Cunha ¹

Dr. Alfredo entendeu de impedir a incorporação de indivíduos fantasiados de índios e, como tal, adornados, de modo híbrido e temeroso, com bichos vivos da nossa fauna, por julgar que tais fantasias, não se adaptavam ao gênero e caráter especial do festejo e se tornam prejudiciais aos nossos justos foros de cidade moderna, cabeça de país culto.

Teve razão para isso?

Não a teve?

Não vem ao caso nem está nos moldes do *Fon-Fon* discutir a tese, mas, o que é verdade é que, se não depunha absolutamente contra nosso adiantamento e se no carnaval as mais esquisitas e aberrativas criações da imaginação podem e devem ser permitidas, contudo aquela espécie de fantasia era interpretada e realizada de certo modo boçal, como boçais de africanismos são já, por si, os intitulados sambadores *cordões* carnavalescos, desde a calamidade dos títulos com que se batizam a sem graça e estupidez da maioria das figuras, das estropiações dos cantos inexpressivos e, principalmente, às asneiras e desenxabimentos dos versos detestáveis quer como rima e metro, quer como expressão significativa[...] (DOMINÓ AZUL)²

O artigo acima, publicado na *Fon-Fon!* em 1908, busca discutir e explicitar os motivos para que o então chefe da polícia da capital federal, o Sr. Alfredo Pinto, viesse a proibir que os carnavalescos se vestissem de índio. As principais críticas do articulista estão relacionadas a práticas consideradas "bárbaras" e cheia de "africanismos" como o uso de animais vivos pelos foliões e de sua vinculação com os "cordões", com seus cantos inexpressivos e rimas "detestáveis", incompatíveis com o "caráter especial do festejo" e prejudiciais aos "justos foros de cidade moderna". O uso de animais vivos em desfiles era típico dos cucumbis, que sempre foram malvistas por parte da intelectualidade e elite brasileira, mas tolerados, principalmente no auge do período abolicionista porque era composto principalmente de negros, escravos ou ex-escravos.

Outro fator que favorecia a associação dos "índios" aos cordões é porque, além de ambos serem malvistas e vinculados ao atraso, as fantasias que retratavam os caboclos ou indígenas era obrigatória nestes grupos, juntamente com a figura dos "reis do Diabo" que, segundo Mariza Lira, simbolizaria os vice-reis d. João VI e a

¹ Doutora em História Social pela FFLCH/USP e atualmente é professora assistente doutora da UNESP-Ourinhos.

² Fon- Fon!, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1908

"Diabolina" ou "rainha-mãe", d. Maria I a Louca. O "princês" representaria o príncipe herdeiro, d. Pedro I, as princesas e os fidalgos; enquanto o "Velho" referir-se-ia aos conselheiros da Corte. Nesta composição, vinham em seguida "os diabinhos, os esbirros com espada a espancar o povo";

os morcegos, o fisco sugando o povo através dos impostos; os pretos, simbolizando os nacionais; os meirinhos, funcionários da Justiça. Havia ainda o Xexé, empunhando um facão de duplo significado (símbolo erótico) e o magistrado, o juiz que lavrava as sentenças; a morte com o alfanje ameaçador, lembrando a força implantada no Brasil, terminando o cordão com um conjunto fantasiado diversamente: colonos, imigrantes, o povo, enfim. Na frente, abrindo o cortejo, vinham os caboclos com suas danças características, seguidos do rei e do séqüito da Corte, que em dado momento iniciavam uma luta simulada, na qual os componentes desenvolviam passos e danças originais.³

Ainda a respeito dos "índios", há uma excelente descrição de Luiz Edmundo:

À frente, os clássicos índios das velhas folganças coloniais, aquele gentio fantasioso que figurava nas praças de curro, por ocasião das festas chamadas *allegorias*, metido em vastos cocares de penas longas e coloridas, muito altos e garridos, emoldurando rostos cor de canela, pintados a urucum, com os seus brincos de metal, os seus colares de vidrilho; na boca, sempre, um infalível apito de barro por onde silvam, aos pulos, mostrando, atravessado nas costas, um repugnante lagarto seco, uma serpente ou uma pele dura de jacaré. Nas mãos, tacape, aljava ou um arco de guerra. Seguindo esses selvagens de deus Momo, que dançam como se dançava na selva pré-cabraliana, o estandarte do "cordão", sempre cortado em ótima seda, com franjas e borlas pesadas de ouro.⁴

Tal proibição estava não apenas relacionada ao que a figura do índio representava naquele momento para a elite brasileira, mas também porque, muitas vezes, eram estes que ficavam ao lado do estandarte do cordão, para protegê-lo de um possível ataque de um cordão rival. Este tipo de agremiação carnavalesca era extremamente malvisto porque, além de ser composto por foliões das camadas subalternas, possuía como sócios, capoeiras, que eram os escolhidos para o encargo de proteger o estandarte, o maior símbolo identitário da comunidade e do grupo. A passagem da agremiação era o ponto mais importante do desfile do cordão e quando homenageada pelo "comércio de bairro ou pelos jornais que visitavam com freqüência,

³ LIRA, Marisa. *Calendário folclórico do Distrito Federal*. Apud. Raquel Soihet, op., cit., p.73

⁴ Luiz Edmundo, op., cit., p. 818-819

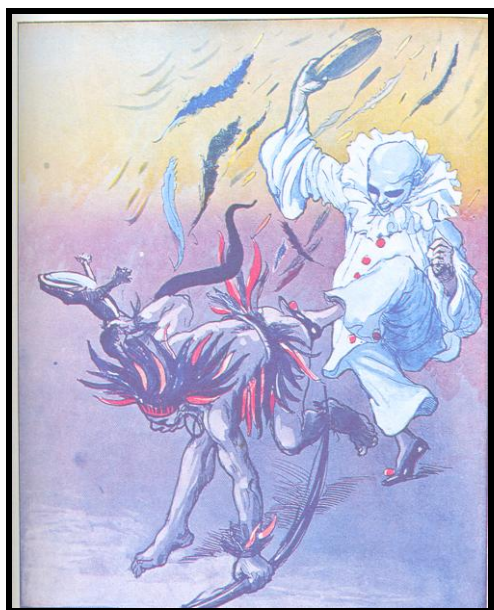
recebia guirlandas de flores” que eram colocadas no estandarte ou “pano”, como também era chamado. Se ganhava um prêmio, então o usava para confeccionar outro estandarte, maior e mais luxuoso.⁵ Não é por acaso, portanto, que as pessoas escolhidas para defender estes “panos” fossem, em geral, exímios capoeiras que, às vezes, usavam, além das navalhas, adereços da fantasia em suas lutas para proteger o estandarte do ataque de uma comunidade adversária. A vinculação dos cordões aos capoeiras era tão estreita que a própria denominação seria um termo empregado entre as maltas de capoeira e serviria para designar suas “correrias”.⁶ “O termo possuía também outras acepções interessantes dicionarizadas no período: formação militar utilizada na Guerra do Paraguai e forma de dançar em fila em situações festivas - ambas adequadas ao uso dos membros de maltas”.⁷

É importante ressaltar que, as batalhas de água e limões, as guerras às cartolas e os máscaras avulsos fantasiados de velho, pai João ou de índio já incomodavam parte da elite letrada da capital federal em meados do século XIX. Por conta disso, surge na capital federal um grupo de intelectuais que organizam uma nova forma de brincar o carnaval que seria inaugurado pelo desfile do *Congresso das Sumidades Carnavalescas*, em 1855. No entanto, a inauguração desse "novo carnaval" não fez com que outras manifestações deixassem de ocorrer, mas com o advento da República e a tentativa de se estabelecer uma nova ordem não apenas política, mas também social e cultural, fez com que as autoridades atuassem cada vez mais nos dias de folia momesca com o intuito de regradar as manifestações carnavalescas e disciplinar os participantes da festa. Tal atitude foi aprovada por parte da imprensa como podemos perceber pelo texto acima, pelo tom pejorativo com que o articulista se refere a esta fantasia, ou através de charges(muitas vezes de sentido dúbio) como a abaixo, publicada na revista *Careta*:

⁵ Maria C.P. Cunha. “Vários Zés, um Sobrenome: As Muitas Faces do Senhor Pereira no Carnaval Carioca da Virada do Século”, op., cit., p. 400-1

⁶ Informação de Carlos Eugênio Soares, apud, Maria C.P.Cunha. “Vários Zés, um Sobrenome: As Muitas Faces do Senhor Pereira no Carnaval Carioca da Virada do Século”, op., cit., p.415

⁷ Idem, p. 415



Essa imagem elaborada por J.Carlos denota o quanto a fantasia era vista de forma negativa, mas também alude para a forma autoritária com que ela foi proibida, pois na imagem o “elegante” pierrô chuta um índio, expulsando-o da festa.

Apesar deste interdito (o de proibir o uso da fantasia de índio) vir ao encontro do anseio de muitos dos que compunham a elite letrada do Rio de Janeiro, vemos que por conta desta atitude o chefe da polícia será alvejado com caricaturas cheias de humor satírico:



⁸ Careta, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1909

⁹ Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1909

Neste desenho de Kalixto vemos o próprio chefe da polícia trajando uma típica fantasia de índio: uma cobra na mão e um lagarto nas costas e soprando ativamente o apito de barro.

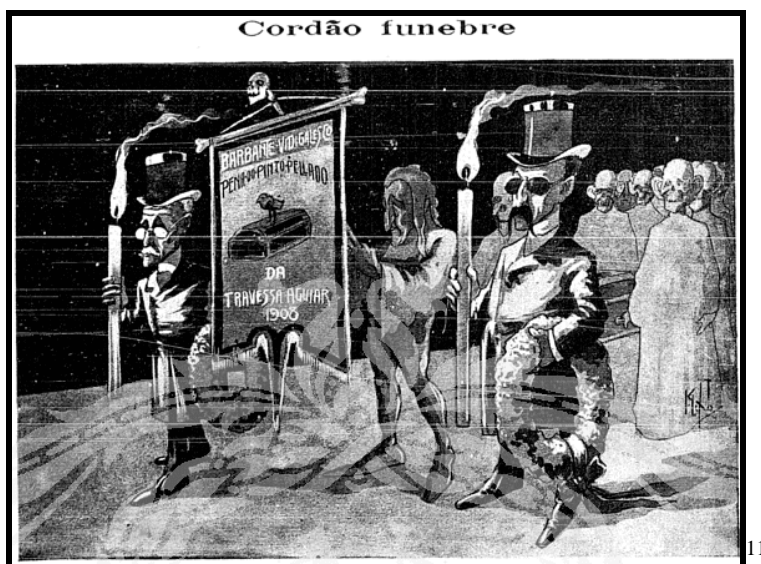
Ainda satirizando estas ordens, logo abaixo, vislumbramos uma charge onde um negro acompanha ao violão versos de uma composição que ironizam as atitudes do Sr. Alfredo Pinto, o chefe de polícia do Rio de Janeiro. A ilustração indica que a letra deve ser acompanhada pela melodia de uma música muito cantada nos antigos carnavais e que, em geral, acompanhava ainda os “velhos” em suas apresentações pelas ruas da cidade. Estes versos adaptados da canção *Ó Raio, Ó Sol*, amplamente conhecida da população, devem ter sido muito ouvidos e cantarolados naquele carnaval. A charge denota que o edital do chefe de polícia, provavelmente, não foi levado muito a sério pela população, pois, apesar de a lei indicar pela letra dos versos que “o índio cai e o Pinto fica”, o poeta afirma que nesta terra as leis não são muito respeitadas, “o índio fica e o Pinto sai”. Ao final, a charge evidencia que o que incomodava não era a fantasia e sim quem a portava e sua condição sócio-econômica, já que ela aponta a questão de que se o traje for elegante, confeccionado por materiais caros, então seu uso é permitido. E o mais interessante é que isto tudo é dito através da boca de um negro pobre, acompanhado dos acordes do violão, instrumento visto como símbolo de vadiagem :



A lei indica
Que o índio cai
O Pinto fica
E o índio sai

Ó terra rica
 Que em leis se esvai,
 O índio fica
 E o Pinto sai
 Ordens em bica!
 Cantai! Cantai!
 Pinto que fica
 Índio que sai
 Só de pelica
 De luvas vai
 Índio que fica
 Pinto que sai
 Fica ou não fica
 Sai ou não sai
 De roupa rica
 Índio pintai!¹⁰

Nesta outra charge, também de Kalixto, intitulada *Cordão Fúnebre*, o caricaturista insinua que as atitudes do prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Marcelino de Souza Aguiar, e do chefe de polícia, Alfredo Pinto Vieira, um ano antes destas proibições, já reprimiam as manifestações carnavalescas, principalmente cordões. Tais atitudes acabariam por enterrar o carnaval.



Lá vai o prefeito Aguiar
 Vai lá o Pinto policial,
 Lá vão os dois enterrar
 O pobre do carnaval!

¹⁰ Fon- Fon!, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1909

¹¹ Fon- Fon!, Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1908

A proibição a certas fantasias e mascarados passa a ser uma constante nos carnavais seguintes, onde os principais alvos seriam as de diabo e de padre. Segundo nos conta um jornalista que assina como DIP, o diabinho era uma espécie de entidade carnavalesca. O articulista lembra que em 1867, ainda muito pequeno, eram apenas os garotinhos que vestiam tal fantasia.

Com o passar do tempo, os diabinhos passam a ser diabões, no sentido de quem agora trajava estas vestes eram homens adultos que cercavam alguns mascarados, e aos gritos da música *Ó Raio, Ó Sol*, faziam dançar o velho pelas ruas. Em pouco tempo a fantasia, segundo o articulista, passou a servir a outros propósitos:

Em pouco tempo o diabinho era um demônio de máscara, de que se fugia. As caudas, que eles traziam cheias de algodão, transformaram-se em armas, revestindo calabres, ou cheias de areia, e mais tarde cheias de pontas de prego! [...]

As máscaras feias, borradas a cores vivas, também se transformaram-passaram a caratonhas, cada qual mais terrível e arreganhada. [...]

Não houve capoeira, moleque de mãos bofes, rebotalho de bodegas e cortiços, que se não fantasiasse de diabinho para exercer suas façanhas cruéis. [...]¹²

A narrativa possui um tom preconceituoso com relação a quem portava tal fantasia, como os “negralhões”, “mulatos de malta”, com máscaras “horrendamente estúpidas”, carregando às costas “cobras, lagartos, sapos, corujas”, os quais tinham em seus rostos um semblante de gente ruim, de “assassinos” e bandidos. A tonalidade pejorativa se mantém nestes textos quando os mesmos se referem aos cordões, de onde tais “bandidos” saíam e se digladiariam pelas ruas com navalhas e revólveres.

Por conta deste tipo de fantasia causar certa insegurança e temor, uma ampla campanha foi feita para que, afinal, ela fosse proibida de ser vestida por mascarados avulsos que perambulavam e festejavam o carnaval nas ruas do Rio de Janeiro.

¹² Fon- Fon!, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1911



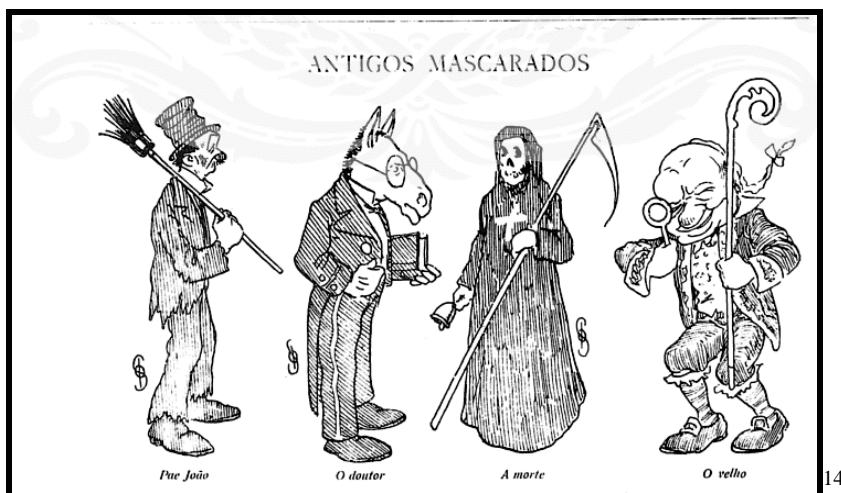
A caricatura acima retrata a repressão policial aos que ainda insistiam em sair de diabo durante o carnaval. A condição social do “pobre diabo” fica explícita no desenho, pois os parceiros mascarados do folião aprisionado eram um esfarrapado “pai João”, com um dos pés descalços, e um negro vestido de princez. Há ainda um garoto, parece um jornalista, com vestes em andrajos.

O interessante destas proibições é que apesar de elas existirem, na época, são flagradas pelas ruas da cidade, grupos carnavalescos portando fantasias de diabo e diabolina, como comprova a fotografias abaixo da revista *Careta*, do bloco de Ameno Resedá. Em 1911, ano em que a foto foi tirada, o grupo de *Ameno Resedá* chega ao seu auge com a solicitação do então presidente Hermes da Fonseca, para uma apresentação do grupo no Palácio das Laranjeiras. Os foliões apresentam, então, o seu enredo “A corte de Belzebu”, com um elenco recheado de entidades relacionadas ao diabo: Belzebu, Astaroth, Belfegor, Mefisto e suas diabinhas. Isto é inacreditável, pois se de um lado a oficialidade proibia a fantasia de diabo, por outro, o palácio presidencial, no domingo de carnaval, estaria cheio de diabinhos chifrudos. Entoando “Viúva Alegre” em ritmo de marcha-rancho, estes diabos ordeiros, no entanto, não eram vistos como uma ameaça, ao contrário dos que eram aprisionados pelas ruas da cidade.

É o momento de consagração dos ranchos, vistos como manifestações populares comportadas e disciplinadas. Estes se apresentavam como uma possível solução para o cordões que, como já dissemos, eram vistos com grande desconfiança pelas autoridades e pelas elites.

¹³ Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1911

Além do diabo e do índio, outras fantasias passam a ser malvistas, como a de morcego, de morte ou caveira, de burro ou a de pai João, porque eram associadas a um tipo de carnaval e carnavalesco que a cidade, ansiando por modernidade, queria exterminar.



Ainda em 1911, um artigo da *Fon-Fon!* descreve estas fantasias como extintas ou em vias de desaparecer, como as de “velho” e de “pai João”.¹⁵ Os "máscaras avulsos", em geral os que utilizavam essas fantasias, já eram alvo das autoridades policiais desde fins do século XIX e os incidentes registrados com estes foliões foram comentados amplamente pelos veículos de imprensa criando, assim, a imagem de perigo que passou a cercar os mascarados, principalmente aqueles que trajassem determinadas máscaras ou trajes que os vinculassem a certos grupos sociais.¹⁶

A autora relata algumas ocorrências policiais durante o período carnavalesco, demonstrando que a violência, os mascarados e suas troças, assim como as detenções relacionadas a estes fatos, passam a ser cada vez mais comum. Os mascarados passam a ser associados a crimes e violência.

Quem se escondia por trás das máscaras tornava-se o ponto central das preocupações e da ação das autoridades e da imprensa. “A máscara não serve só para os foliões: muitas vezes também presta o seu auxílio ao facínoras, que aproveita a época do carnaval para exercer uma vingança”[...] o mal maior não estava circunscrito às

¹⁴ Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1909

¹⁵ Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1911

¹⁶ Maria Clementina P. da Cunha. Op., cit., p. 31

oportunidades eróticas ou à liberdade condicional do “homem sério” . Ele residia na possibilidade- esta sim, potencialmente subversiva- da indefinição das fronteiras sociais sob a excitação orgiástica e alcoólica, ao lado da possibilidade de uma igual liberação da ‘mulher séria’. Ocasão , portanto, de perigo- na concepção difundida pela imprensa no final do século XIX- , trazido por uma apregoada licenciosidade carnavalesca com a qual os grandes jornais seduziam seu público urbano e moderno. “Quando passar um par fantasiado, filosofai: são dois amantes? Será o amo e a criada, será o cocheiro e a ama? Tudo pode esconder uma máscara:- a miséria, o crime ou o amor.”¹⁷

Estes tipos e mascarados, como a charge acima nos mostra, seriam de outrora, referir-se-iam a outros tempos, pois, estas vestes e as atitudes, inerentes de quem as portava, não condiziam com o carnaval educado e elegante que a elite ansiava há tanto tempo. Com a regeneração urbana, assim como a cidade e o próprio espaço do carnaval foram remodelados e repensados, era também urgente que se revissem os “tipos” que poderiam desfilar pelas ruas.

¹⁷ Idem, p. 31-32